



A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-852-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.523222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercruza.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1


FORMAÇÃO INTEGRAL E HUMANA COMO PRESSUPOSTOS PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Rosita Camilo de Souza

Leia Adriana da Silva Santiago

Mirelle Amaral de São Bernardo

Suelma dos Reis Pereira Alves


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228011>

CAPÍTULO 2..... 12

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL: O PNAES EM FOCO

Daniele Antonia da Silva

Alda Maria Duarte Araújo Castro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228012>

CAPÍTULO 3..... 25

ESTUDOS CURRICULARES NA SINDEMIA: LIMITES E LIMIARES

Marcelo Manoel de Sousa

Saraí Patrícia Schmidt


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228013>

CAPÍTULO 4..... 43

REVISITANDO CONCEITOS E CONSTRUINDO DICIONÁRIO DE SABERES & POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

José Carlos Martins Cardoso

Jorge Antônio Lima de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228014>

CAPÍTULO 5..... 52

PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “DR” EM SALA DE AULA

Iohana Tavares Lopes

Luanna Darfini Garrido da Silva


Tauana Evaristo Porto

Thais Tonin

Daniela Valcarenghi

Leia Viviane Fontoura

Ednéia Casagrande Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228015>

CAPÍTULO 6..... 62

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA ESTIMULANDO A

LEITURA DELEITE: UMA REVISÃO NARRATIVA


Fernanda Luciano Fernandes
Sherlany da Silva
Walquiria Gonçalves Rodrigues
Carolina Campos Piassarollo
Evaldo César Mother Ribeiro
Ana Paula Soares Pachú
Andreia Canal Zambon
Ana Marcia Casagrande Fiorio
Zilda Moreira Zandonade
Geovana do Carmo Araujo Almeida
Regina Célia Balardino Paste
Débora Corrêa dos Santos Brioschi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228016>

CAPÍTULO 7..... 74

AVA MOODLE: PERCEPÇÕES DE DOCENTES DE BIOLOGIA SOBRE AS POSSIBILIDADES DE USO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR


Ricardo Gonzaga Sales
Irene Cristina de Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228017>

CAPÍTULO 8..... 84

ARTE AFRO-BRASILEIRA: SABERES E FAZERES POÉTICOS E PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA


Guadalupe da Silva Vieira
Marcos André Betemps Vaz da Silva
Valquiria Pereira Tenório

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228018>

CAPÍTULO 9..... 97

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MODELO REMOTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA


Maria Cleniuda da Silva Oliveira
Francisco Wellington dos Santos Saldanha
Ananias Agostinho da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228019>

CAPÍTULO 10..... 101

UM MAPEAR DE PRODUÇÕES BRASILEIRAS SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA EM CONTEXTO PANDÊMICO

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Leonardo Araújo Suzart
Maiane de Almeida Nascimento
Herica Janielli da Silva Limeira
Roberto Gomes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280110>


CAPÍTULO 11..... 110

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS PARA DISPOSITIVOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA

Maria Betânia Francisca de Albuquerque Araujo

Fernando da Fonseca de Souza

André Victor de Albuquerque Araujo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280111>

CAPÍTULO 12..... 123

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COLÉGIO RUI BARBOSA EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS: PERCEPÇÕES E REALIZAÇÕES NO COTIDIANO DA ATIVIDADE DOCENTE INTERDISCIPLINAR

André de Oliveira Moura Brasil

Claudia Scareli-Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280112>

CAPÍTULO 13..... 135

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE PRÁTICAS AMBIENTAIS EM DUAS ESCOLAS, URBANA E RURAL, DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR

Elisandra Augusta Gafuri Manfrin

Francy Rodrigues da Guia Nyamien

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280113>

CAPÍTULO 14..... 146

ARGUMENTACIÓN ESCRITA DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS. DE AVANCES Y PERSISTENCIAS A OPORTUNIDADES


Karen Hasleidy Machado Mena

Martha Cecilia Arbeláez Gómez

Martha Lucía Garzón Osorio

Carmen Elisa Vanegas Lotero

Rubén Darío Gutiérrez Arias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280114>

CAPÍTULO 15..... 166

NARRATIVAS DE ABDULAI SILA: A EDUCAÇÃO FORMAL COMO VIA PARA O DESENVOLVIMENTO FRICANO

Suely Santos Santana


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280115>

CAPÍTULO 16..... 178

JOVENS BRASILEIROS E CABOVERDIANOS COM SEUS PROJETOS DE VIDA: VIOLÊNCIA FAZ DIFERENÇA?

Elmar Silva de Abreu

Elaine Pedreira Rabinovich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280116>

CAPÍTULO 17..... 196

TRANSFORMACIÓN DE LA EXPERIENCIA EM APRENDIZAJE:"EL OUTDOOR TRAINING, COOPERACIÓN Y MATERIAL NO CONVENCIONAL"

Julio Fuentesal García

Antonio Baena Extremera


José Javier Horno Tomé

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280117>

CAPÍTULO 18..... 202

LA ORGANIZACIÓN DE EVIDENCIAS VISUALES PARA EL LOGRO DE OBJETIVOS DE APRENDIZAJE

Geovany Rodríguez Solís

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280118>

CAPÍTULO 19..... 212

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS POR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Daniel Vieira Sant'Anna

Daniele de Fátima Fuganholi Abiuzzi Sant'Anna

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Robson Galdino da Silva

Rafael Seidinger de Oliveira

Fabiano da Silva Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280119>


CAPÍTULO 20..... 222

MUSEUS, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Juliana dos Santos Nogueira

João Batista Bottentuit Junior

Robson Daniel dos Santos Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280120>

CAPÍTULO 21..... 233

A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1934

Fabio Marques de Oliveira Neto

Vaneska Oliveira Caldas

Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280121>

CAPÍTULO 22..... 241

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO

PARTICIPATIVA


Cláudia Alves Moreira Ramos
Elize Keller-Franco
Luciane Baia Heess
Vânia Karoline Viana dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280122>

CAPÍTULO 23.....253

SOFTWARES EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA


Yasmin Mascarenhas da Silva
Aécio Alves Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280123>

CAPÍTULO 24.....266

INCLUSÃO SOCIAL PELA LEITURA

Maisa Ianaira Goulart Ferreira Gerin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280124>

SOBRE O ORGANIZADOR.....275

ÍNDICE REMISSIVO.....276

CAPÍTULO 21

A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1934

Data de aceite: 10/01/2022

Fabio Marques de Oliveira Neto

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Vaneska Oliveira Caldas

Mestre em Estudos da Língua pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques

Mestre em Educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é demonstrar que no início da década de 1930 o ensino secundário brasileiro já apresentava características que ainda eram desejadas por organismos internacionais para vários outros países. Este artigo está dividido em três partes: a primeira apresenta os principais pontos da chamada Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e Decreto nº 21.214, de 4 de abril de 1932); a segunda revela os aspectos históricos que levaram à realização das Conferências Internacionais de Instrução Pública; a terceira, traça um paralelo entre algumas recomendações da Conferência Internacional de Instrução Pública de 1934 e a Reforma Francisco Campos.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Francisco Campos, Conferências Internacionais de Instrução Pública, Ensino secundário.

ABSTRACT: The objective of this study is to

demonstrate that in the early 1930's Brazilian secondary education already presented characteristics desired by international organizations to be implanted in several other countries. This article is divided in three parts: first, it presents the main points in Francisco Campos Reform on Secondary Education (Decree number 19.890, issued on April, 18th, 1931 and Decree number 21.214, issued on April 4th, 1932); the second reveals historical aspects which have led to the organization of International Conferences on Public Instruction; the third, compares some recommendations from the International Conference on Public Instruction (1934) and Francisco Campos Reform.

KEYWORDS: Francisco Campos Reform, International Conferences on Public Instruction, Secondary Education.

A REFORMA FRANCISCO CAMPOS

Ao assumir o Governo Provisório (1930-1934) Getúlio Dornelles Vargas criou em 14 de novembro de 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1930), sob a condução de Francisco Luís da Silva Campos, que permaneceu no cargo de 14 de novembro de 1930 a 15 de setembro de 1932. Com ministro Francisco Campos foi organizado o ensino secundário no Brasil (Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e Decreto nº 21.214, de 4 de abril de 1932), além de instituído o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico (Decreto nº 20.529, de 16 de outubro de 1931).

O Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dispôs sobre a organização do ensino secundário determinando sua duração em sete anos que seriam divididos em cinco anos do curso fundamental e dois anos do curso complementar (BRASIL, 1931, p.1). O curso fundamental era comum a todos os estudantes e promovia uma formação geral ao aluno secundarista; o curso complementar destinava-se à preparação de estudantes candidatos ao ensino superior: curso jurídico (Art.5º), cursos de medicina, farmácia e odontologia (Art.6º), cursos de engenharia ou arquitetura (Art.7º), Faculdade de Educação, Ciências e Letras (Art.8º).

Para o professor e pesquisador da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Norberto Dallabrida, o aumento do número de anos para o ensino secundário (de cinco para sete anos) e sua divisão em dois ciclos conferiu, a esse nível de ensino, uma estrutura mais complexa, além de proporcionar encaminhamentos mais específicos para os cursos superiores. Assevera Dallabrida (2009, p. 187), que novo desenho de ensino secundário “[...] alinhava o Brasil aos países ocidentais mais desenvolvidos, que, no mínimo desde fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos”.

Além de determinar a divisão do ensino secundário em dois cursos (fundamental e complementar), o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, estabeleceu a presença obrigatória dos alunos em no mínimo três quartos das aulas, exigência não registrada nos cursos preparatórios e exames parcelados característicos do período imperial (1822-1899). Assim, o referido decreto, em seu artigo 33, prescreve que “[...] Será obrigatória a frequência das aulas, não podendo prestar exame, no final do ano, o aluno cuja frequência não atingir a três quartos da totalidade das aulas na respectiva série” (BRASIL, 1931,p.6).

Articulados com a frequência obrigatória às aulas, os artigos 35 a 43 do Decreto nº 19.890 determinaram um sistema de avaliação dos estudantes secundaristas, composto de argüição oral ou trabalhos práticos mensais (Art.35), quatro provas escritas parciais no período de um ano (Art.36) e provas finais ao final do período letivo (Art.38). Dallabrida (2009, p. 187), definiu esse sistema de avaliações como “[...] uma engrenagem examinatória em diversos tempos ao longo do ano letivo, que incitava ao trabalho regular e progressivo”.

A fim de promover uma fiscalização das novas normas pertinentes ao nível de ensino secundário, o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, determinou um controle detalhado e sistemático desse nível de ensino em seu título II, Inspeção do Ensino Secundário. Assim, foram criados o serviço da inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário, subordinado ao Departamento Nacional do Ensino (Art.51), além de distritos de inspeção (Art.52, parágrafo único) com a nomeação dos respectivos inspetores, responsáveis pela fiscalização desses estabelecimentos, que tinham entre suas principais obrigações: residir da sede do distrito em que estivesse em exercício (Art.66), interar-se, por meio de visitas frequentes, da marcha dos trabalhos de sua secção (Art.56) e remeter mensalmente ao Departamento Nacional de Ensino um relatório minuciosos e de caráter confidencial

(Art.55).

O Decreto nº 21.214, de 4 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário e deu outras providências (BRASIL, 1932, fortaleceu as normas do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, ratificando e detalhando normas sobre avaliação discente e inspeção escolar e, pormenorizando, dentre outros, temas como vencimentos e nomeações do corpo docente (Arts. 13 e 14), necessidade de realização de exame de admissão para o ingresso no ensino secundário (Art.20), normas para matrículas (Art.27), período do ano letivo (Art.31) e horário escolar (Art.33).

Desse modo, os Decretos nº 19.890, de 18 de abril de 1931, e Decreto nº 21.214, de 4 de abril de 1932, foram parte primordial da Reforma Francisco Campos e estabeleceram mecanismos disciplinares (controle do tempo e frequência obrigatória), os ciclos e séries anuais, um sistema de avaliação discente e a reestruturação da inspeção escolar. Para Dallabrida (2009, p. 190), essa reforma “[...] embalada pela Revolução de 30, procurou oficializar, em nível nacional, a cultura escolar educativa, disciplinar e moderna, colocada em marcha em boa parte dos ginásios e nos grupos escolares desde o final do século XIX”.

Ainda que a Reforma Francisco Campos tenha realmente oficializado um ensino secundário disciplinar e moderno, a professora e historiadora Otaíza de Oliveira Romanelli postulou que a referida Reforma teve um caráter elitista, por um lado pelo teor enciclopédico dos programas e por outro lado por seu sistema de avaliação. Assim, de acordo com Romanelli (2012, p.138) “[...] O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica do sistema”.

Ademais, aduz Romanelli (2012), que a Reforma Francisco Campos prescindiu a promoção de uma flexibilidade entre o ensino secundário e os demais ramos do ensino médio, pois os cursos profissionalizantes não mereceram atenção tanto do O Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, quanto do Decreto nº 21.214, de 4 de abril de 1932. Em linhas gerais, ocorreu uma supervalorização do ensino acadêmico em detrimento do profissional.

[...] Os cursos profissionais (a reforma só cuidou do ensino comercial) não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior. Só ensino secundário possibilitava esse acesso. Aqui talvez esteja uma das fortes razões que orientaram a demanda social de educação em direção ao ensino acadêmico, desprezando o ensino profissional (ROMANELLI, 2012, p. 141).

A historiadora, professora e escritora sergipana Maria Thetis Nunes relacionou a Reforma Francisco Campos com as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil após a Revolução de 1930. Para Nunes (1999), ainda que a referida Reforma tenha sido considerada, teoricamente, uma grande reforma, o caráter enciclopédico de seus programas a tornava educação para uma elite, pois somente esse grupo privilegiado

poderia dispor de cinco anos na formação de uma sólida cultura geral.

Segundo Nunes (1999, p. 100), a década de 1930 registrou um aumento de 134% no número de alunos que frequentavam o ensino secundário, entretanto fatores como o alto índice de reprovações, a diferença no número de estudantes que entravam no ginásio e os que efetivamente concluíam e o pequeno número de alunos que procuravam o Curso Complementar comprovam que

[...] A Reforma Francisco Campos, com aspecto de cultura geral, sem flexibilidade entre os diversos ramos do ensino médio, não satisfazia a mobilidade social que se processava no país. [...] não se entrosou na realidade nacional (NUNES, 1999, p. 100).

AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

No início do século XX, a expansão das ideias democráticas e as mudanças sociais de aspecto econômico, como por exemplo, o trabalho industrial e o aumento vegetativo das populações, resultaram em uma necessidade de cooperação intelectual entre as nações para responder às transformações da sociedade. Segundo Lourenço Filho (1978, p. 22), em função dessa necessidade foram criados os organismos internacionais promotores de Conferências Internacionais, cujos objetivos eram “[...] debater os problemas de entendimento cultural para a paz e intenta criar também um centro de informações gerais sobre o ensino em todo mundo.”

Destarte, as Conferências Internacionais de Instrução Pública produziram recomendações para os Estados signatários. A análise que nos propomos a fazer dessas recomendações pretende identificar apropriações das mesmas quando da elaboração e adoção de políticas públicas educacionais voltadas para o ensino secundário no Brasil e em especial no Rio Grande do Norte. Kuhlmann Júnior (2001) e Lourenço Filho (2004) referenciam teórica e metodologicamente este trabalho.

As políticas públicas educacionais nacionais se revelam nas relações internacionais. O surgimento e o fortalecimento de uma nação são intrínsecos à ideia da existência de outras nações com características próprias. Ou seja, características como o capitalismo e a cultura próprios de uma nação não foram exclusivamente definidos sem que se considerem as influências internacionais sofridas pela mesma. De acordo com as teorizações de Kuhlmann Junior:

O capitalismo e os modos de vida próprios da sociedade ocidental não brotaram de unidades nacionais singulares. Não é possível minimizar o peso dessas influências internacionais que se revelam explicitamente nos eventos estudados, o que não implica identificar a adoção de modelos como um simples procedimento de cópia (KUHLMANN JUNIOR, 2001, p. 18).

Desse modo, contrário ao que pode defender o senso comum, as políticas

educacionais não são produtos exclusivos das mentes dos legisladores. Na verdade, a aprovação das leis é uma consequência de um engajamento dos diversos grupos sociais preocupados com os rumos a serem dados para as questões pertinentes à educação.

Entre os grupos nacionais destacam-se a Sociedade Amante da Instrução, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Instituto Histórico e Geográfico. Na seara internacional eram proeminentes o *Children's Bureau*, o *Board of Education*, o *Bureau International de Protection à l'Enfance* e o *Instituto Internacional Americano de Protección a La Infancia*. Assim, instituições nacionais e internacionais atuavam ativamente na construção de políticas públicas para a educação. Como teoriza Kuhlmann Junior:

Veremos também que os temas educacionais não eram oriundos do interior do Estado e muito menos, do Parlamento. Além daqueles que atuavam nesses lugares, era bastante comum o engajamento das pessoas que se preocupavam com o problema em várias associações, compostas por diferentes setores sociais (KUHLMANN JUNIOR, 2001, p. 18).

Portanto, a educação tornou-se preocupação de toda nação que almejasse o título de moderna. A participação em Conferências, Congressos e Exposições internacionais inseria os países na marcha civilizatória e alçava a educação como uma condição de produtora do progresso. Segundo Kuhlmann Junior:

Nesses eventos, a educação, juntamente com outros fatores, era identificada como elemento constitutivo da sociedade moderna. O problema educacional aparecia como algo não apenas interno à escola ou ao sistema educacional, mas de toda a sociedade. A educação era vista como um dos alicerces da vida civilizada: ela seria a produtora do progresso e não uma consequência do desenvolvimento econômico e social (KUHLMANN JUNIOR, 2001, p. 20).

A participação de países em exposições e Conferências internacionais também permite que se estabeleçam comparações entre sistemas de ensino distintos e leva os Estados nacionais a compreender e estabelecer critérios para os modelos educacionais pretendidos, levando-se em consideração as características distintivas de cada nação. Pelas teorizações de Lourenço Filho (2004):

Só ao confrontarmos o sistema de ensino de nosso próprio país com os outros sistemas, é que tomamos maior consciência de certos aspectos distintivos do processo da educação nacional como *conjunto*, e passamos a elaborar critérios que nos levem a melhor entender as nossas próprias instituições escolares, suas razões, propósitos e resultados (FILHO, 2004, p. 17).

As publicações dos especialistas em educação e as recomendações produzidas nas Exposições e Conferências internacionais encontravam sua relevância não por simplesmente determinar o que seria feito em cada país, mas por lançarem luzes sobre fatores peculiares de cada nação que determinavam a adoção ou não das medidas recomendadas. Como teoriza Lourenço Filho (2004):

A todo esse esforço, as investigações da Educação comparada prestam contribuição importante, não por indicarem o que se deva fazer, mas por

esclarecerem as condições, grupos de condições ou fatores, apurados pela análise educacional, em seu âmbito próprio. É o que se verifica nas mais recentes publicações de especialistas na matéria e assim também em recomendação de grandes centros de estudo, como a UNESCO (LOURENÇO FILHO, 2004, p. 55).

Assim, a partir das recomendações das Conferências e Exposições internacionais, cada país poderia promover uma análise de fatores que poderiam ou não levar a adoção de políticas públicas nacionais adequadas à realidade das nações de forma individualizada.

Mas essas mesmas recomendações também pareciam ter como escopo o estabelecimento de uma pedagogia de cunho universal, cujos fundamentos e princípios de caráter supranacional deveriam ser observados por todas as nações para que se alcançasse um desenvolvimento geral da humanidade. Como teoriza Lourenço Filho (2004):

Para isso, desde logo, estabelece um complexo de categorias e critérios, que deverão fundamentar-se, não só em dados reais, descritivos, como em princípios de natureza *programática*. Admite, assim, uma pedagogia de fundamentos universais, cujo fim último deve ser o do bem-estar, segurança e desenvolvimento geral da humanidade, que aos estudos comparativos se pedem esclareçam.

[...]

Sobre os princípios políticos dos sistemas nacionais, ter-se á de admitir um conjunto de outros, com caráter *supranacional*, que elucidem, inspirem e coordenem o progresso geral da Humanidade (LOURENÇO FILHO, 2004, p. 26 e 27).

Portanto, sempre se faz necessária uma análise da realidade de cada país, quando das pesquisas sobre se as recomendações internacionais advindas de Exposições e Conferências internacionais foram, de fato, fator de criação de políticas públicas relativas ao tema em cada país participante desses eventos. Pelas teorizações de Lourenço Filho (2004):

O observador superficial poderá ter a impressão de que, nesses casos, a análise educacional logo determinará *planos*, ou *programas*, a serem seguidos, o que de modo algum correspondem a verdade (LOURENÇO FILHO, 1964, p. 55).

A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1934 E A REFORMA FRANCISCO CAMPOS

A Conferência Internacional de Instrução Pública de 1934 foi realizada na cidade de Genebra, na Suíça e aprovou duas recomendações. A recomendação número 1 tratava sobre a extensão da escolaridade obrigatória, que deveria levar em conta a necessidade de coordenar as diversas modalidades de ensino e assegurar a continuidade de seus programas. Além disso, a referida Recomendação determinava que deveria existir a mais completa coordenação no que se refira às medidas a serem empreendidas entre a

administração do Ensino Público e a do Trabalho.

A Reforma Francisco Campos já determinava um total de sete anos para o ensino secundário e era claramente destinada a encaminhar os jovens para o trabalho nas diversas áreas existentes na sociedade brasileira do início da década de 1930. A legislação determinava, inclusive, as matérias a serem estudadas em virtude da futura profissão do estudante.

Por sua vez, a Recomendação número 2 propôs a adoção de normas gerais concernentes ao Ensino Secundário dos países integrantes da Conferência de 1934. Em seu intróito, a Recomendação número 2 aduz que urge preparar uma elite constituída de profissões liberais correspondendo aos diferentes tipos da atividade econômica e que essa elite deve possuir também cultura realmente geral.

Ocorre que desde 1931 a Reforma Francisco Campos já havia tomado tais medidas. O curso fundamental seria destinado a fomentar a cultura geral nos alunos, enquanto que o curso complementar encaminharia os alunos para uma formação profissional para os diversos ramos de atividades econômicas (Direito, Engenharia, Educação, por exemplo).

Por fim, a referida Recomendação afirma que os países devem aperfeiçoar os métodos de seleção para o ingresso nas escolas secundárias propriamente ditas.

A Reforma Francisco Campos, com três anos de antecedência em relação à Conferência Internacional de Instrução Pública de 1934, já havia destinado um capítulo inteiro (Capítulo III) do Decreto nº 19.890 (1931) ao estabelecimento de regras para admissão no Ensino Secundário, tais como a realização de exame de admissão que seria realizado pelo estabelecimento de ensino no qual o estudante pretendesse matrícula, com provas escritas de Português (redação e ditado) e de Aritmética (cálculo elementar), além de provas orais de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais.

Portanto, conclui-se que o Ensino Secundário preconizado pela Reforma Francisco Campos estava antecipando uma realidade que para muitos países participantes da Conferência Internacional de Instrução Pública de 1934 ainda necessitava ser alcançada. A despeito de sua condição econômica desfavorável e das dificuldades políticas que se apresentariam na década de 1930, a Reforma Francisco Campos já alçava a educação secundária do Brasil a um patamar determinado pelas organizações internacionais e que seria adotado nas demais nações a partir de 1934.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 20.529, de 16 de outubro de 1931**. Institui o Serviço Nacional de Intercambio Bibliográfico e regula a sua execução. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20529-16-outubro-1931-504256-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-norma-pe.html>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRASIL. **Conferências Internacionais de Instrução Pública (1934-1963)**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1965. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002529.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, mai./ago. 2009.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas**. A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Educação comparada**. 3. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/ Coordenação de divulgação institucional, 2004.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2ª ed. São Cristóvão, SE. Editora da UFS, 1999.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 37. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 53, 55, 59, 60, 61, 179, 190

África 91, 166, 169, 175, 176, 177, 178, 185

Alfabetização 38, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 174, 177, 216, 220, 221, 275

Ambiente virtual de aprendizagem 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 105

Aplicativo educacional 110

Argumentación escrita 146, 148, 152, 153, 161, 162, 163, 164

Artistas afrodescendentes 84, 88, 89

Assistência estudantil 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

C

Conferências internacionais de instrução pública 233, 236, 240

D

Desenvolvimento 5, 6, 8, 9, 12, 16, 19, 20, 36, 37, 38, 41, 46, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 75, 77, 86, 87, 99, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 145, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 213, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 226, 227, 229, 237, 238, 270, 273, 275

Dualidade 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 117, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 185, 192, 193, 212, 213, 215, 216, 221, 222, 223, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 265, 266, 267, 268, 270, 273, 275

Educação ambiental 123, 124, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

Educação antirracista 1, 2

Educação básica 2, 4, 8, 10, 15, 19, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 72, 84, 85, 89, 93, 96, 107, 141, 145, 241, 242, 253, 255, 256, 275

Educação científica 25, 26, 34, 36, 38, 39, 138

Educação lúdica 110

Educação Matemática 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 275
Educação Museal 222
Educação não formal 266, 267
Educação superior 3, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 74, 77, 78, 82, 212
Ensaio argumentativo 146
Ensino da Arte 84, 95
Ensino de Biologia 74
Ensino e aprendizagem 7, 27, 31, 36, 75, 102, 108, 128, 213, 214, 220, 222, 223, 251
Ensino remoto 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108
Ensino secundário 4, 233, 234, 235, 236, 239, 240
Estudos curriculares 25, 26, 31
Ética 25, 38, 39, 124, 126, 216, 250
Evidências visuais 202, 203
Extensão comunitária 53

F

Ficção 166, 167
Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 22, 26, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 44, 45, 47, 50, 53, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 143, 144, 145, 147, 167, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 220, 228, 231, 232, 234, 236, 239, 245, 247, 253, 266, 269, 270, 273, 274, 275
Formação de professores 41, 64, 66, 67, 72, 75, 86, 97, 105, 106, 129, 130, 132, 213, 217, 220, 275
Formação emancipadora 1, 7
Formação humana 1, 2, 6, 8, 47

G

Gestão escolar 43, 45, 46, 47, 48, 241
Gestão participativa 241, 242, 245, 246, 248, 249, 251, 252
Grupos de pesquisas em educação 43
Guiné-Bissau 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 177

I

Interdisciplinaridade 112, 125, 131, 133, 135, 145
Interface tangível 110

J

Jovens 18, 32, 33, 37, 38, 40, 41, 47, 61, 136, 167, 178, 179, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 228, 239, 266, 267, 270

L

Lei 10.639/03 84

Letramento digital 213, 215

M

Mapeamento 54, 82, 101, 102, 103, 108, 214

Matemática 37, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 117, 118, 123, 132, 253, 255, 256, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 275

Metodologia 2, 41, 49, 54, 69, 77, 88, 98, 103, 112, 115, 116, 118, 119, 121, 125, 131, 132, 135, 138, 139, 143, 194, 212, 217, 253, 266

Moodle 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83

Museus 80, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Museus virtuais 222, 223, 225, 227, 228, 231

O

Objetivos de aprendizagem 202

Organización de evidencias 202

P

Pandemia 35, 36, 97, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 139, 141

Pensamento crítico 145, 147, 266

Pensamiento crítico 146, 148, 158, 159, 161, 163

Percepção ambiental 135, 136, 142

Periódicos 43, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 139

Permanência 5, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24

Pesquisa em educação 43, 45, 83, 132

PNAIC 62, 63, 64, 68, 69, 72, 275

Políticas educacionais 23, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 62, 63, 236

Práticas de leitura 68, 71, 98, 266, 267

Professores escolares 53

Projeto político pedagógico 47, 127, 143, 241, 242, 246, 247, 248, 250, 252

R

Realidade aumentada 110, 111, 112, 113, 117, 118, 225, 232

Recursos tecnológicos digitais 213, 216, 217, 218, 219

Reforma Francisco Campos 233, 235, 236, 238, 239

Relações comunidade-instituição 53

S

Sindemia 25, 26, 27, 34, 35, 39, 42

Softwares educativos 253

T

Tecnologia 1, 4, 9, 59, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 92, 95, 96, 99, 101, 102, 109, 117, 214, 215, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 253, 254, 266

Tocantins 123, 124, 125, 126, 131, 132, 253

V


Verbetes 43, 44, 45, 49


Violência 41, 54, 178, 179, 180, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193





A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 